



Luciano Coutinho (D) fala na audiência presidida por Aloizio Mercadante

BNDES prevê repasse de R\$ 11 bi a média empresa

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que os repasses do banco a micro, pequenas e médias empresas podem chegar este ano a R\$ 11 bilhões. Em audiência na Comissão de

Assuntos Econômicos, Coutinho informou que o banco já emitiu mais de 100 mil unidades do cartão BNDES, que permitiram desembolsos de R\$ 225 milhões em 2006. **Página 7**

Pregão pode ser obrigatório em obras de até R\$ 3,4 milhões

Medida está contida em relatório de Eduardo Suplicy a projeto que visa moralizar concorrências no setor público

Os pregões eletrônicos são considerados eficazes para evitar que os concorrentes combinem preços entre si. Suplicy apresentou ontem o parecer à Comissão de Assuntos

Econômicos, onde poderá ser votado na próxima semana. O relator observou que a utilização de pregões reduziu o tempo médio das licitações em 50% e os custos das contratações em 20%. **Página 7**

Representação contra Renan pode ter dois relatórios no Conselho de Ética **Página 3**

Senadores analisam decisão do Supremo de acolher denúncias contra mensaleiros **Páginas 4 e 5**

Especialista pede continuidade no combate à desertificação

Em depoimento à Comissão de Meio Ambiente, Antônio Rocha Magalhães, assessor do Banco Mundial, afirmou que o Brasil deve dar continuidade a programas locais

de combate à seca e à desertificação, como os existentes no Ceará e na Bahia. Segundo ele, a descontinuidade prejudica os esforços contra o problema. **Página 6**



Inácio Arruda (E) e Quintanilha (à dir., na mesa) ouvem Antônio Magalhães (2º à dir.)



Demostenes (E) e Tião Viana ouvem depoentes na CPI do Apagão Aéreo

Pilotos condenam pista de Congonhas, diz promotor

O promotor de Justiça do estado de São Paulo Mário Luiz Sarrubbo informou ontem à CPI do Apagão Aéreo, do Senado, que ouviu 25 pilotos e quase todos disseram que a pista do

aeroporto de Congonhas ficou mais escorregadia depois da reforma feita este ano pela Infraero. Segundo ele, com chuva, o aeroporto não deveria funcionar de maneira nenhuma. **Página 2**

Prefeitos pressionam por recursos

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realiza hoje ato público pedindo a aprovação do aumento de recursos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O evento acontecerá no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, a partir das 9h, e contará com a participação de prefeitos de todo o país.

Outro tema do encontro é o lançamento de campanha pela regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata do financiamento da saúde pública nos três níveis de governo.

Indicado para STF é sabatinado

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado sabatinam hoje, às 10h, Carlos Alberto Menezes Direito, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a vaga no Supremo Tribunal Federal decorrente da aposentadoria do ministro Sepúlveda Perence. Direito é ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O presidente da CCJ, Marco Maciel, indicou o senador Valter Pereira para relatar a mensagem com a indicação de Carlos Alberto Direito. A votação será secreta.



Segundo relatos de pilotos a promotor de Justiça, pista do aeroporto ficou mais escorregadia após reforma feita este ano. Delegado garante que não houve falha no avião da TAM

Promotor diz que Congonhas não pode funcionar com chuva

O promotor de Justiça do estado de São Paulo Mário Luiz Sarrubbo, que acompanha as investigações sobre o acidente com o avião da TAM em Congonhas (SP), afirmou que o aeroporto “não deveria funcionar de maneira alguma com chuva”. A declaração foi feita ontem em audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, da qual também participou o delegado da Polícia Civil de São Paulo Antônio Carlos Menezes Barbosa, responsável pelo inquérito policial que investiga o acidente.

O promotor informou que já ouviu 25 pilotos, e que quase todos relataram que a pista do aeroporto ficou ainda mais escorregadia depois da reforma feita este ano. Dois pilotos contaram a Sarrubbo “que chegaram ao final da pista no momento do pouso”.



Demostenes (E) e Tião Viana ouvem depoimentos de Fernanda Teixeira e Antônio Carlos

Ele criticou o fato de a pista ter sido liberada antes de ser feito o *grooving* (ranhuras transversais que aumentam o atrito, ajudando a frear o avião). Sarrubbo opinou que os 11 incidentes ocorridos este ano demonstram que “a situação de Congonhas não é de total segurança”.

Tanto o promotor como o delegado Antônio Carlos consideraram que as condições inadequadas da pista de Congonhas podem ter contribuído para o

acidente.

– Ninguém que investiga o acidente tem a convicção de que Congonhas seja um aeroporto seguro – observou o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO).

Antônio Carlos Menezes Barbosa disse acreditar que o inquérito, que já conta com mais de 3 mil páginas, deverá estar concluído “em no máximo um ano”. Ele garantiu que não há nenhum indício de falha no equipamento da aeronave.

Demostenes: “Ex-diretora mentiu ou à Justiça ou à CPI”

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres, disse ontem que a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu “mentiu ou para a Justiça ou para a CPI”. A ex-diretora defendeu, diante da desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Cecília Marcondes, a validade de um documento que tratava das condições de pouso no aeroporto de Congonhas. Em depoimento à CPI, posteriormente, Denise Abreu afirmou que o documento

era apenas “um estudo” e não tinha validade.

Cecília Marcondes confirmou ontem na comissão que documento apresentado pela Anac influenciou em sua decisão de liberar a pista do aeroporto em 15 de fevereiro deste ano. A pista havia sido fechada por uma decisão judicial de primeira instância. Segundo a desembargadora, a ex-diretora da Anac compareceu pessoalmente ao gabinete dela e tratou como válido o documento apresentado pela agência.

– Ela dizia que as normas [da Anac] eram mais rígidas do que as internacionais, por isso podíamos ficar tranquilos que nada iria acontecer – contou Cecília Marcondes.

A procuradora da República do estado de São Paulo Fernanda Teixeira Taubemblatt também participou da reunião. Ela informou ter pedido reformas no aeroporto de Congonhas no mês de outubro de 2006, quando derrapagens começaram a acontecer na pista.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia memória de Vargas

O Plenário homenageia, a partir das 14h, a memória do presidente Getúlio Vargas, pelos 53 anos de sua morte. Em seguida, está prevista sessão ordinária, que tem a pauta trancada pelo PLV 24/07 (MP 373/07), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

Diretor-geral do Senado faz palestra

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, faz palestra, às 10h, que integra a programação comemorativa dos dez anos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Conselho Editorial do Senado, bem como dos seis

anos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Às 16h, haverá palestra sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, às 17h, lançamento de uma monografia sobre a sistemática de treinamento no Senado.

Projeto prevê indenização por overbooking

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa pauta de 12 itens, entre eles o projeto que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para instituir indenização a passageiros

que sejam prejudicados pela prática do *overbooking*. Também às 10h, acontece reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis para avaliar o impacto da produção de etanol no meio ambiente.

Indicação de Agnelo Queiroz para a Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina, às 11h, a indicação de Agnelo Queiroz para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em seguida,

a CAS deve analisar projeto que assegura o atendimento da vontade daqueles que houverem manifestado em vida o desejo de doar tecidos ou órgãos.

Corregedores depõem na CPI do Apagão Aéreo

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo ouve os corregedores setoriais na Controladoria Geral da União Alexandre Penido Duque Estrada e Luiz Henrique Pandolfi Miranda.

Também serão ouvidos pela CPI o ex-diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), coronel-aviador Jorge Luiz Brito Velozo, e o empresário Carlos Alberto Carvalho, proprietário da Aeromídia.

Convergência tecnológica

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate, às 9h, a convergência tecnológica em atividades audiovisuais. Entre os convidados estão o diretor-geral da emissora ESPN Brasil, Germán Von Hartenstein, e o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg.

Reforma tributária

Às 19h, a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária reúne-se para ouvir o assessor técnico do colegiado e economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Roberto Rodrigues Afonso, sobre propostas à reforma tributária.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, César Borges, Papaléo Paes, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares e Garibaldi Alves Filho

PSOL recorre à Mesa para manter representação contra Gim Argello

Em discurso no Plenário, José Nery (PSOL-PA) anunciou que seu partido apresentou requerimento à Mesa do Senado contra o arquivamento da representação que solicitava ao Conselho de Ética a abertura de processo para averiguar se houve quebra de decoro parlamentar por parte do senador Gim Argello (PTB-DF). O presidente da Casa, Renan Calheiros, encaminhou a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, caso o recurso seja aceito pela CCJ, será examinado pelo Plenário.

Gim Argello é citado em escutas telefônicas que deram origem à Operação Aquarela, que apura desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB).



Partido de José Nery também protocolou no Supremo ação contra arquivamento

Para arquivar a representação, a Mesa justificou que não cabe investigar um senador por quebra de decoro parlamentar com base em fatos ocorridos antes de sua posse, decisão não aceita pelo PSOL. O partido protocolou ação no Supremo Tribunal Federal contra o arquivamento.

Jayme Campos nega intenção de ingressar no PR

O senador Jayme Campos (DEM-MT) protestou em Plenário contra informação divulgada na seção Holofotes, da revista *Veja*, de que teria a intenção de sair do Democratas e ingressar no Partido Republicano (PR).

– Esta notícia não guarda qualquer fundamento – rebateu o senador.

Jayme Campos, que garantiu não ter mantido nenhum entendimento com dirigentes do PR, reiterou sua disposição de permanecer no DEM.

O parlamentar disse ainda



Jayme Campos protesta contra informação divulgada por *Veja*

que seria “incapaz de se deixar seduzir pelo canto de sereia dos governistas”, como foi sugerido pela nota da revista.

– Reafirmo minha devoção aos princípios programáticos de minha legenda e, na condição de secretário-geral da Executiva Nacional do Democratas, sinto-me perfeitamente alinhado com os propósitos de meu partido – frisou.

Comissão aprova nome de Miguel de Souza para a diretoria do Dnit

A indicação do nome do engenheiro civil Miguel de Souza para o cargo de diretor de planejamento do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e segue para votação no Plenário.

Graduado pela Universidade Federal da Paraíba, Miguel de Souza ocupou diversos cargos na administração pública de Roraima, inclusive o de diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) daquele estado.

Ao falar aos senadores, Souza expôs sua proposta de trabalho à frente da diretoria. O engenheiro apontou a necessidade de inves-

timentos em pesquisas sobre materiais de pavimentação – que possam diminuir os custos operacionais – e o estímulo à adoção de tecnologia internacional adaptada às condições do país.

Também defendeu atenção especial às ações estratégicas voltadas aos objetivos do Ministério dos Transportes, especialmente aquelas que vão ao encontro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e suas propostas para a melhoria da infra-estrutura de transportes. Miguel de Souza citou ainda como objetivo de sua atuação no Dnit o incremento das matrizes ferroviária e aquaviária, rumo a uma integração dos meios de transporte do país.

Almeida Lima deve apresentar relatório próprio e se diz convicto da inocência de Renan. Já Marisa e Casagrande questionam defesa do senador e anunciam relatório conjunto

Conselho de Ética pode votar dois relatórios em processo contra Renan

Os senadores que integram o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar podem votar amanhã dois relatórios ao processo contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Dos três relatores da primeira representação contra o presidente do Senado, Almeida Lima (PMDB-SE) anunciou que apresentará um relatório próprio (voto em separado) e se disse convicto da inocência de Renan. Já Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) devem apresentar um relatório conjunto, no qual manifestarão suas dúvidas frente a pontos da defesa apresentada pelo senador de Alagoas: a evolução de seu patrimônio, o empréstimo da empresa Costa Dourada e a rentabilidade da atividade agropecuária.

– De acordo com a minha posição e com a posição do senador Casagrande, há vários fatos inconclusos e preocupantes, que não correspondem ao que nós esperamos que seja a atitude de um senador da República – afirmou Marisa Serrano.

A comissão de relatores reuniu-se ontem com o presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), quando foi discutida a forma de votação do processo no colegiado. Em resposta a consulta de Quintanilha,



Casagrande (E), Marisa, Quintanilha e Almeida Lima reúnem-se com assessor do conselho

a Consultoria Legislativa da Casa manifestou-se pelo voto secreto e por um relatório apenas descritivo como regra para o exame da representação do PSOL contra Renan Calheiros por possível quebra de decoro parlamentar.

– A senadora Marisa Serrano e eu defendemos o voto aberto e o relatório conclusivo, ou seja, apontando se houve ou não quebra de decoro. Almeida Lima quer o voto secreto e um relatório apenas descritivo. Quintanilha ainda não se manifestou – explicou Casagrande, ao sair da reunião.

Apenas se o voto for aberto é que Casagrande e Marisa apresentarão a parte tratando do mérito e respondendo ao pedido feito na representação: se houve ou não quebra de decoro quando o presidente do Senado valeu-se

de Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, para efetuar pagamentos relativos à pensão para uma filha que tem com a jornalista Mônica Veloso.

– Eu me pergunto: para que houve investigação e para que um relatório? Sem conclusões, haverá desperdício do processo de investigação – disse Casagrande.

De acordo com o parlamentar, os consultores argumentam que não há caso em que a votação seja aberta em um colegiado e fechada no Plenário, ou vice-versa. Conforme informou Casagrande, no entender dos consultores a Constituição determina que a cassação de mandato seja decidida em voto secreto “pelo Senado” – o que inclui todas as instâncias de decisão –, o que levaria a uma votação secreta no conselho.

Senador abre mão de prazo para defesa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota à imprensa informando que abre mão do prazo de cinco sessões do Senado para que possa fazer suas alegações finais no Conselho de Ética, antes da apresentação dos relatórios que tratam do seu caso, o que pode ocorrer amanhã.

Ele afirma ter cumprido todas as normas regimentais e constitucionais e que jamais se utilizou de prerrogativas “que poderiam delongar o processo”. Lembra que abriu mão do prazo de dez dias a que tinha direito para, se fosse o caso, impugnar a perícia feita pela Polícia Federal nos documentos que apresentou em sua defesa.

A seguir, a íntegra da nota de Renan Calheiros:

“Desde o início deste processo político movido contra mim, te-

nho me pautado pelo estrito cumprimento das normas regimentais e constitucionais. Apesar destes institutos preverem uma série de etapas e prazos que devem ser seguidos na defesa, jamais lancei mão de prerrogativas que poderiam delongar o processo, colocando-me sempre à disposição do Conselho de Ética da Casa e dos senadores.

Tenho, por isso, me antecipado a qualquer pedido proveniente da investigação. Abri mão dos meus sigilos fiscal e bancário e entreguei meus documentos, mesmo quando ainda não haviam sido pedidos.

Requeri ao Ministério Público que pedisse a abertura de investigação para chegar à verdade dos fatos.

Compareci espontaneamente ao conselho, na última quinta-

feira, diante dos relatores e de seu presidente.

Deleguei ao 1º vice-presidente, senador Tião Viana, a competência de dirigir as reuniões da Mesa ou tomar qualquer decisão que diga respeito a ações movidas contra mim.

Não lancei mão do prazo de dez dias que tinha para, se fosse o caso, impugnar a perícia feita sobre as provas por mim apresentadas – todas, por sinal, certificadas como autênticas e verdadeiras.

Hoje, visando dar maior celeridade ao julgamento a que me submeto democraticamente, abri mão de outro prazo: o das alegações finais, conforme determina a Resolução 20.

Isso demonstra o que tenho dito: posso até ser vítima dos excessos da democracia, mas jamais me afastarei dela.”



Supremo Tribunal Federal conclui, após cinco sessões de julgamento, análise da denúncia contra 40 acusados de envolvimento em esquema

Mensalão: senadores aplaudem acolhimento de denúncia

Repercutiu no Plenário do Senado a decisão do Supremo Tribunal Federal de aceitar denúncia apresentada pelo procurador-geral da República contra 40 acusados de envolvimento no mensalão. Jefferson Péres disse que houve o reconhecimento da existência

de vários crimes e que a resolução dá um enorme alento ao país. Alvaro Dias ressaltou a independência dos ministros e concluiu que quem está no banco dos réus é o governo federal. Para Tasso Jereissati, o julgamento poderá favorecer o início de uma nova fase na vida da sociedade. Sérgio

Guerra advertiu que “quem quiser ser político deve honrar o voto”. Ideli Salvatti afirmou que os acusados são inocentes até prova em contrário. Pedro Simon revelou que ontem foi o dia mais bonito que já viu. Arthur Virgílio aconselhou o PT a se depurar.

Jefferson Péres



Leopoldo Silva

Não cabe mais o discurso de que não houve crime

Ao comemorar o julgamento dos mensaleiros, Jefferson Péres (PDT-AM) classificou como “emblemático” o resultado e disse que a decisão dos ministros dá um alento enorme à sociedade brasileira. Lembrando que quase todas as resoluções foram tomadas por unanimidade, Jefferson assinalou que houve o reconhecimento da existência de vários crimes: corrupção ativa e passiva, peculato e formação de quadrilha.

– Não cabe mais o discurso de que não houve crime e que tudo não passava de exagero da imprensa, coisa de oposição raivosa ou conspiração das elites. Corrupto é corrupto. Uns desviavam dinheiro público para pagar campanhas eleitorais, outros para riqueza pessoal. Qual é a diferença ética? Do ponto de vista moral, não há diferença nenhuma.

Jefferson elogiou a entrevista dada por Lula ao jornal *O Estado de S. Paulo*, onde garante que não será candidato a um terceiro mandato presidencial. Para o senador, Lula desautorizou os bajuladores que tentavam implantar o chavismo [referência a Hugo Chávez, da Venezuela] no Brasil.

– Terceiro mandato nunca! Se tentarem, fiquem sabendo que a reação da sociedade será avassaladora – advertiu.

Alvaro Dias



Geraldine Magela

José Dirceu afirmou que Lula sabia de tudo que acontecia

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou os ministros do Supremo, observando que, por terem sido em sua maioria nomeados pelo presidente Lula, deram demonstração de autonomia e independência ao decidirem desfavoravelmente aos ex-integrantes do governo federal.

O senador destacou também a importância das investigações realizadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios, que funcionou entre 2005 e 2006, e a atuação do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Ao considerar o governo federal como o verdadeiro réu que está sendo julgado pelo STF, Alvaro lamentou o fato de os partidos oposicionistas e as instituições organizadas da sociedade não terem conseguido abrir processo de *impeachment* contra o presidente Lula no auge das apurações da CPI dos Correios.

– Não cabe mais aquele discurso de que crime não existiu, de que o presidente da República de nada sabia. Aliás, recentemente na revista *Playboy*, o senhor José Dirceu [ex-ministro de Lula processado pelo STF] afirma taxativamente que o presidente Lula sabia de tudo o que ocorria.

Tasso Jereissati



Moreira Mariz

Os homens mais influentes do governo são réus

Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que o julgamento do Supremo representa um momento histórico para o Brasil. Segundo ele, embora o país viva bom momento na economia, a sociedade encontra-se com a auto-estima abalada e os Poderes da República desgastados e sem credibilidade.

– O cidadão comum não valoriza mais aquelas qualidades do cidadão, da cidadania. Nós, políticos – e políticos como instituição, Senado Federal, Câmara dos Deputados, além do Judiciário e do Executivo –, estamos enormemente desgastados pela falta de credibilidade. Acredita-se até, de maneira generalizada, que nenhum político presta, que até mesmo no Judiciário é difícil haver um julgamento realmente honesto e baseado nos mais altos valores da Justiça – disse.

Para Jereissati, o julgamento do mensalão no STF poderá favorecer o início de uma nova fase a ser vivida pela sociedade brasileira, por prever a punição de pessoas de destaque na vida política do país.

– É um julgamento em que se decide colocar no banco dos réus os homens mais influentes, mais fortes do governo federal e do partido que hoje está no poder – ressaltou Tasso Jereissati.

Sérgio Guerra



Moreira Mariz

“Quem quiser ficar rico que vá fazer outra coisa”

As decisões do Supremo de aceitar a abertura de processos contra os mensaleiros, por corrupção ativa e passiva, peculato e formação de quadrilha, precisam gerar conseqüências políticas, sob pena de estimular a permissividade e ampliar a corrupção. A afirmação foi feita por Sérgio Guerra (PSDB-PE) ao avaliar o momento vivido pela democracia brasileira.

– Quem quiser ficar rico que vá fazer outra coisa. Quem quiser ser político deve honrar o voto – observou.

O senador apontou a impunidade e a passividade social como os principais alimentadores do sistema montado pelo ex-ministro José Dirceu, da Casa Civil do governo Lula, e a cúpula do Partido dos Trabalhadores para desviar recursos públicos e financiar campanhas eleitorais próprias e de partidos aliados. Esses também seriam os motivos do desgaste das instituições e de a democracia estar combatida.

Sérgio Guerra disse que é preciso se apropriar do chamamento que o STF fez à classe política para que uma nova base seja criada para construir o Brasil. Ele ressaltou que o Senado tem sido permissivo e que é preciso tomar providências.

Ideli Salvatti



Leopoldo Silva

Esperança de que a mão da Justiça caia sobre todos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lançou mão da conceituação da ética elaborada pela filósofa Marilena Chauí. Conforme Ideli, existe a “ética da política” e a “ética na política”.

No primeiro caso, o conceito seria aplicável aos resultados da política, traduzidos no bem-estar coletivo almejado ou alcançado. No segundo caso, a ética seria um conceito aplicável apenas a indivíduos.

A parlamentar disse que o processo iniciado no STF é apenas a decisão sobre a aceitação ou não da denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República e que todos os acusados são inocentes até prova em contrário e o final do processo. Ela espera que outros também sejam julgados.

– Espero que a mão da Justiça caia sobre todos, de todos os tempos, que cometeram atos ilícitos. Se valer a imagem que se tenta passar de que, aberto o processo, condenados estão, então a lista é grande, inclusive aqui neste Plenário – alertou.

Ideli afirmou que, lendo os jornais e ouvindo opiniões, fica a impressão errônea de que o que foi feito pelos mensaleiros é algo que nunca foi visto antes no Brasil e que começou a partir de 2003.



Pedro Simon elogia atuação do Supremo;
Arthur Virgílio sugere reflexão ao PT

Pedro Simon



Leopoldo Silva

Foi o dia mais bonito que vi, foi um dia importante

“Foi o dia mais bonito que vi: parecia até que o Brasil era um país dos mais modernos e dos mais justos da história porque os votos foram de seriedade, a análise foi de seriedade e, creio, o Brasil viveu um dia importante.” O comentário foi feito por Pedro Simon (PMDB-RS), que elogiou a atuação da presidente do STF, ministra Ellen Gracie, e dos demais ministros daquela corte, particularmente o ministro Joaquim Barbosa, relator da denúncia do mensalão.

Para Simon, o STF comportou-se de acordo com o que sempre sonhou a população. O senador ressaltou que o Brasil inteiro defende a luta para acabar com a impunidade.

– Eu digo com toda a sinceridade: o que falta ao Lula, na minha opinião, é rapidez nas decisões. Um dirigente tem que ter a capacidade de tomar posição na hora. Se ele tivesse demitido lá no início quando apareceu na televisão o funcionário dos Correios recebendo dinheiro, se ele tivesse deixado que criássemos a CPI naquele momento, a coisa teria sido diferente.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o STF pela forma transparente com que julgou a denúncia do mensalão.

Arthur Virgílio



Célio Azeredo

Sugestão de que o PT “se depure e corte na carne”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu ao PT – que realizará congresso este fim de semana – que “se depure e corte na carne” para fazer jus à sua grande história e renascer.

– Estou dirigindo uma mensagem modesta, insignificante, a um partido que tem tudo para emergir se for capaz de cortar na carne e se depurar – sugeriu o senador.

Para Virgílio, o partido não morrerá, com a base social e a tradição de luta que tem, mas precisa ter força para emergir depurado.

– Estou falando de ética. O PT foi atingido em cheio nisso.

Virgílio lembrou que o relatório elaborado pela CPI mista dos Correios – ainda que tenha sido classificado como estigmatizado e mal-intencionado – serviu como base para a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresentada ao STF e aceita, em votações realizadas por aquela corte desde a semana passada.

A discussão sobre o procedimento de votação dos pareceres do processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, no Conselho de Ética também foi abordada por Virgílio. Ele afirmou que o seu partido opina pela votação aberta nesse caso.

Audiência revela iniciativas para o turismo de pessoas com deficiência

Distribuição de manual sobre acessibilidade a cidades turísticas e de livros sobre a locomoção dessa parcela da população é destacada por representantes do Executivo

Representantes de entidades do Poder Executivo expuseram ações para desenvolvimento e facilitação do turismo para pessoas com deficiência, em audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A coordenadora-geral de Segmentação de Turismo, Jurema Monteiro, destacou o *Manual de Orientações sobre Turismo e Acessibilidade*, disponível na internet e distribuído às 87 regiões com potencial turístico mapeadas pelo Ministério do Turismo. Ela lembrou que o tema “inclusão” é prioridade no Plano Nacional de Turismo 2007/2010.

O diretor de Regulação e Gestão da Secretaria Nacional de Trans-



Márcia Kalume

Presidente da subcomissão, Azeredo preside reunião com representantes de ministérios

porte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Carlos Morales, ressaltou o programa Brasil Acessível, que enviou às 458 cidades mais populosas e a 75 mil escolas e professores de engenharia e arquitetura de todo o país uma coleção de livros com normas para facilitar a locomoção

das pessoas com deficiência.

– É mais fácil fazer com que as barreiras não nasçam do que desfazê-las – afirmou.

O presidente da subcomissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pediu que as duas publicações fossem disponibilizadas aos senadores.

Mão Santa elogia frases na Esplanada

A escolha da frase “A educação é o caminho” para servir de mote da Semana da Pátria deste ano foi elogiada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele disse ter ficado satisfeito ao constatar que em cada um dos prédios dos ministérios está estampada uma frase de valorização da educação. O senador observou que as frases na Esplanada dos Ministérios fizeram ele se sentir como se o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fosse o presidente da República.

– Espero que essa valorização da educação não fique apenas nas paredes dos ministérios – observou.

Mozarildo lamenta morte de maçom

O Senado enviará voto de profundo pesar aos familiares do advogado, empresário e grão-mestre da Grande Loja Maçônica do estado de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, que faleceu no domingo, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, vítima de câncer. A homenagem foi requerida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), membro da Loja Maçônica comandada por Ademir Viana.

– Ele enfrentou com bravura o período em que o câncer o atacou – disse Mozarildo, apartado pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), que se associou à homenagem.

Jucá saúda acordo entre indígenas

Romero Jucá (PMDB-RR) saudou ontem o entendimento entre diversas lideranças indígenas de Roraima, como forma de viabilizar projetos que levem desenvolvimento às comunidades que vivem na região da reserva Raposa Serra do Sol.

O senador afirmou que a parceria para os projetos envolve organizações que antes eram adversárias, como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), a Associação dos Povos Indígenas (Apirr) e a Organização das Mulheres Indígenas (Omir).

Papaléo pede que PSDB firme posição contrária à CPMF

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), tributo criado emergencialmente e previsto para ser extinto este ano, é perverso por atingir todas as classes sociais e setores produtivos, não está sendo destinado ao fim para o qual foi criado – a área da saúde – e

por isso não deve ser prorrogado. Essa foi a posição defendida ontem pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP) em Plenário.

– Imploro ao nosso líder, senador Arthur Virgílio [PSDB-AM], que busquemos um entendimento na nossa bancada para firmarmos posição contrária à prorrogação

da famigerada CPMF – pediu.

Só em 2006, foram arrecadados quase R\$ 32 bilhões com a contribuição e, de 1993 a 2006, R\$ 253 bilhões, informou Papaléo. Ele lamentou que esses recursos sejam destinados ao superávit primário, “para os banqueiros que o PT tanto abominava no

passado”.

O senador chamou a atenção para a crise enfrentada pela saúde e pediu soluções concretas para o setor, como a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que define percentuais a serem gastos pelos entes federados com a área.



Genivaldo Magalhães

Tributo não está sendo destinado ao fim para o qual foi criado, diz Papaléo

Comissões votam hoje projeto sobre estágios

A proposta que regula o estágio profissional, e se encontra em regime de urgência, deve ser votada hoje em reunião conjunta das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). Depois, segue para o Plenário.

O Projeto de Lei da Câmara 44/07 seria votado ontem, mas Ideli Salvatti (PT-SC) solicitou o adiamento para buscar um entendimento com o governo sobre o parecer do relator, Raimundo Colombo (DEM-SC).

Representação no Mercosul marca audiências

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou ontem a realização de três audiências. Por requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), foram acatados debates sobre o processo de educação no Mercosul e as relações diplomáticas com o Paraguai diante da empresa Itaipu.

Solicitada pelo deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG), foi acolhida audiência sobre a migração de brasileiros para o Paraguai.

Collor se afasta e Euclides de Mello assume

Fernando Collor (PTB-AL) teve seu pedido de licença para tratar de assuntos de interesse pessoal, por 121 dias, aprovado ontem. O senador será substituído por seu suplente e primo, Euclides de Mello. A licença é contada a partir de hoje.

Em entrevista à Agência Senado, Collor anunciou sua intenção de participar de uma série de debates previamente agendados em todo o país com centros de ensino e entidades da sociedade civil.

CMA ouve especialistas sobre combate à seca e à desertificação. Na Comissão de Mudanças Climáticas, diretor do Inmet diz que monitoramento climático ajuda a orientar produção agrícola

Banco Mundial pede continuidade de programas contra desertificação

O Brasil deve dar continuidade a programas locais de combate à seca e à desertificação, como os existentes no Ceará e na Bahia, e o Congresso pode ter uma ação importante nesse sentido, na opinião do assessor do Banco Mundial para o Brasil, Antônio Rocha Magalhães. Ele participou ontem de debate na Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre combate à desertificação, e afirmou que a descontinuidade prejudica os esforços contra o problema.

Segundo o assessor do Banco Mundial, a adaptação às mudanças climáticas representa o melhor caminho para conviver com a seca e reduzir a vulnerabilidade das regiões.

No mesmo debate, José Roberto de Lima, coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Ministério do Meio Ambiente, afirmou que o Nordeste brasileiro é o semi-árido mais populoso do mundo, por isso muito vulnerável a secas mais intensas ou prolongadas, e apresenta agravantes dessa condição, tais como queimadas, desmatamento, pastoreio acima da capacidade, agricultura mal dimensionada e até irrigação equivocada, “que pode levar à salinização do solo, uma forma grave de desertificação”, explicou. Segundo ele, as diretrizes regionais sobre combate

à desertificação abrangerão 23% da área do país e 19% da população (32 milhões de pessoas).

O representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Gertjan Beekman, afirmou que a pobreza está fortemente ligada à desertificação, por isso os programas do IICA integram o combate aos dois problemas, com ampla participação das comunidades locais.

Megalomania

O senador César Borges (DEM-BA) reconheceu que o governo fez um bom diagnóstico sobre a desertificação, mas observou que cabe ao Legislativo pressionar pela efetivação dos projetos, impedindo o contingenciamento de verbas orçamentárias.

Borges disse ser contrário ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco, por entender que gastar R\$ 6 bilhões, num “programa megalomaniaco”, é desperdício de recursos públicos. Ele afirmou que esse montante deveria ser gasto em ações de perenização dos rios, construção de açudes, projetos de irrigação e de desenvolvimento sustentado.

Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou preocupação com a eficácia das medidas mitigadoras da seca no semi-árido nordestino, previstas pelo governo, e com a sua capacidade de fixar o nordestino na sua terra, rever-

tendo o quadro de migração crescente para outras regiões do Brasil.

Monitoramento climático

Já na Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas o principal tema debatido ontem foram os efeitos do aquecimento global na agricultura.

O diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Antônio Divino Moura, anunciou que o suporte de informações climáticas para o planejamento agrícola ganhou reforço com a implantação, pelo instituto, de um sistema de monitoramento que conta, hoje, com cerca de 250 estações automáticas espalhadas pelo país. Ele admitiu a carência de cobertura na região amazônica, mas disse que as informações sobre as localidades já mapeadas são disponibilizadas em tempo real no endereço eletrônico www.inmet.gov.br/sonabra/maps/automaticas.php.

A tendência de elevação das temperaturas mínimas no país foi confirmada pelo pesquisador Jurandir Zullo Júnior, do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepeagri), da Universidade de Campinas (Unicamp).

Ele defendeu a oferta de seguro agrícola no socorro aos agricultores durante intempéries e lembrou que, em 2003, 38,6% do PIB nacional estiveram atrelados ao agronegócio.

Exedito diz que União atenderá as vítimas do massacre de Corumbiara

Exedito Júnior (PR-RO) agradeceu, em Plenário, ao chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, por ter se comprometido a atender as reivindicações apresentadas pelo Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina (Codevise). A entidade foi criada após o massacre de camponeses numa ação de reintegração de posse da Fazenda Santa Elina, em 1995, em Corumbiara (RO).

O senador disse que o compromisso é de que a União assumirá a responsabilidade pela indenização das vítimas e promoverá o assentamento das famílias não contempladas pela reforma agrária. Carvalho assegurou ainda, em 60 dias, a visita do secretário especial dos Direitos Humanos e presidente do Inbra, Rolf Hackbart, à região.

Exedito comunicou o falecimento, na madrugada de ontem, do ex-deputado federal Antônio Morimoto.

Heráclito anuncia recursos para pequenos aeroportos

Após um encontro pluripartidário dos parlamentares federais da bancada do Piauí – com a presença do governador do estado e da ministra do Turismo, Marta Suplicy –, Heráclito Fortes (DEM-PI) anunciou a disposição do governo de atender as propostas encaminhadas pelo secretário estadual de Turismo, Sílvio Leite, para recuperar e ampliar pequenos aeroportos. O senador disse que alguns municípios serão atendidos por emendas apresentadas por ele ao Orçamento da União.

– Esperamos que o governo federal não contingencie os recursos destinados ao Piauí, especialmente na área do turismo.

Heráclito celebrou o fato de as divergências políticas terem sido deixadas de lado no momento de defender os interesses do Piauí.

Claudino destaca 108 anos do Tribunal de Contas do Piauí

O trabalho do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) – o primeiro dos tribunais de contas estaduais criado no país, em 1899 – foi destacado por João Vicente Claudino (PTB-PI).

O senador agradeceu por ter sido contemplado com a comenda Colar do Mérito, por sugestão do conselheiro José de Anchieta Moraes e Silva, na última sexta-feira, durante as comemorações dos 108 anos de criação do TCE-PI.

Claudino afirmou que o tribunal “trabalha com ideário de que suas ações não se resumem a avaliar se o governo deve ser maior ou menor, mas que precisa ser melhor”.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou considerar justa a homenagem ao Tribunal de Contas. Mão Santa (PMDB-PI), que presidia a sessão, também se solidarizou com o pronunciamento.



Uso da energia nuclear deve ser visto com ressalvas, diz Azeredo

Azeredo sugere reflexão sobre usina de Angra 3

A sociedade precisa refletir sobre a proposta do governo de retomar a construção da usina nuclear de Angra 3, no litoral fluminense, disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Segundo o senador, o custo do projeto é alto e há dúvidas quanto à eficácia do empreendimento. Azeredo destacou os problemas ambientais decorrentes do uso da energia nuclear e alertou para o fato de as centrais nucleares terem vida útil de 40 a 60 anos, tornando-se, depois, um “monumental lixo”, a requerer recursos por tempo indeterminado.



Duque protesta contra possível privatização da instituição

Paulo Duque pede apoio para Santa Casa do Rio

A possibilidade de privatização da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro foi levantada ontem por Paulo Duque (PMDB-RJ), que pediu o apoio dos demais senadores para salvar a instituição. De acordo com Duque, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) estaria interessada na privatização da Santa Casa.

O senador assinalou que a instituição possui seis grandes hospitais especiais só para pobres, atendendo milhares de pessoas por dia e realizando centenas de operações todos os meses.

Leopoldo Silva



César Borges critica avanço de estatal sobre setor do etanol

Borges: Petrobras está se tornando monopolista

Ao comentar reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, segundo a qual o governo estaria decidido a controlar a cadeia produtiva do álcool e biocombustíveis, César Borges (DEM-BA) disse que um avanço da empresa sobre o setor do etanol poderá prejudicar diversos setores da indústria nacional.

– Estamos passando para uma economia centralizada, onde um setor estratégico passa a ter controle exclusivo da Petrobras, fazendo a política que convier ao monopólio e seus interesses – criticou.

Valadares pede investimentos em saneamento

A ampliação do acesso da população de baixa renda aos serviços de água encanada, esgoto e coleta de lixo foi defendida por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), como forma de diminuir a incidência de várias doenças.

Reclamando do aumento acima da inflação das tarifas de água entre 2001 e 2005, Valadares alertou para a necessidade de uma definição rápida do problema da titularidade dos serviços de saneamento básico, motivo de disputa judicial envolvendo estados e municípios.

Leopoldo Silva



Valadares quer rápida definição sobre responsabilidade do serviço

Parecer de Suplicy a mudança na Lei de Licitações impõe maior controle sobre início de execução de serviços e aditivos contratuais

Pregão obrigatório em obra de até R\$ 3,4 mi

O relator do projeto de lei do governo que amplia a utilização do pregão eletrônico no setor público, Eduardo Suplicy (PT-SP), confirmou indicação pela obrigatoriedade do uso desse mecanismo na seleção de empresas para executar obras e serviços de engenharia estimados em até R\$ 3,4 milhões.

Os pregões eletrônicos são considerados mais eficazes para evitar que concorrentes combinem entre si os preços e direcionem as concorrências. Apresentado ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o substitutivo do relator estipula um valor bem abaixo dos R\$ 51 milhões previstos no parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Não houve tempo para debate e votação da matéria (PLC 23/07), que já continha alterações feitas



Suplicy apresenta à CAE seu parecer, que deve ser analisado na próxima semana

pela Câmara dos Deputados. Por sugestão do presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), o exame foi adiado para a próxima semana. O parecer da CAE seguirá depois para o Plenário, junto com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Construção civil

As entidades e sindicatos da construção civil queriam que obras e serviços de engenharia ficassem

e serviços comuns. Com o projeto enviado ao Congresso, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento, o governo promovia alterações na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) para agilizar e ampliar o uso dos pregões nesses tipos de aquisições. A Câmara introduziu no texto o uso do pregão na contratação de obras e os limites de valor para utilização obrigatória.

Suplicy observou que a experiên-

de fora dos pregões eletrônicos. Com o avanço dos debates, as entidades passaram a aceitar fazer um teste, mas apenas para limite de valor usado na modalidade da carta-convite, de R\$ 340 mil.

No Brasil, os pregões eletrônicos foram instituídos pela Lei 5.520/92, exclusivamente para a aquisição de bens

de fora dos pregões eletrônicos. Com o avanço dos debates, as entidades passaram a aceitar fazer um teste, mas apenas para limite de valor usado na modalidade da carta-convite, de R\$ 340 mil.

Garantias

Para afastar riscos de execução ineficiente e a descontinuidade dos contratos, o relator propõe que as empresas ofereçam garantia mínima de 2% para todo contrato acima de R\$ 51 milhões. Além disso, Suplicy sugere garantia adicional de até 10% do valor do contrato quando a proposta do licitante for inferior a 80% do valor orçado pela administração. Propõe, ainda, que as licitações das obras somente sejam iniciadas após a conclusão do projeto executivo, e que os aditivos contratuais não ultrapassem o percentual de 5% do valor total de compras e serviços em geral, 10% de obras e serviços de engenharia (atualmente o índice é de 25% para essas duas categorias) e de 25% para contratos de reforma de edifícios e equipamentos (hoje, o limite é de 50%).



Leonel Pavan, vice-governador de Santa Catarina, Aloizio Mercadante e Luciano Coutinho em reunião da CAE

Crédito a pequena empresa pode chegar a 11 bi

A atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento a pequenas empresas foi debatida ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o presidente do banco, Luciano Coutinho, o número de operações de crédito com micro, pequenas e médias empresas vem crescendo e pode saltar de 49 mil no ano passado para até 80 mil em 2007. Em termos de valores, tais repasses somaram cerca de R\$ 8 bilhões em 2006 e podem alcançar R\$ 11 bilhões neste ano.

Coutinho informou que o banco já emitiu mais de 100 mil unidades do Cartão BNDES, os quais permitiram desembolsos de R\$ 225 milhões no ano passado. “É como se fosse uma linha de financiamento pré-aprovada, na forma de um cartão de crédito”, explicou. Para este ano, ele estima que os empréstimos com o cartão atinjam R\$ 450 milhões. Coutinho argumentou que a emissão não é maior porque o BNDES tem de operar com empresas que comprovem ausência de dívidas junto à Previdência

Social e à Receita Federal.

No último dia 14, a CAE aprovou um empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o BNDES financiar micro, pequenas e médias empresas. Na ocasião, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a criação, dentro do BNDES, de uma diretoria exclusiva para atender a essas empresas.

Luciano Coutinho reconheceu, ontem, que o BNDES, por possuir apenas três escritórios regionais, precisa recorrer à rede bancária privada. Mas enfatizou que a instituição, como banco de investimento, não foi criada para atuar tendo agências. Como alternativa, ele declarou que “é responsabilidade do BNDES estimular as agências estaduais de fomento”, como o Banco do Nordeste.

Na reunião, Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que tramita na comissão projeto (PLS 505/03) de sua autoria que institui um fundo de financiamento para microempresas urbanas e rurais, tendo entre suas fontes de recursos o próprio BNDES.

Senadores defendem maior regionalização de recursos

Diversos senadores defenderam, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos realizada ontem, uma maior atenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as regiões mais pobres do país.

O presidente do colegiado, senador Aloizio Mercadante, esteve entre os que afirmaram que o banco precisa desenvolver novos instrumentos para a “regionalização” do crédito.

– O Nordeste, especialmente, precisa de uma atenção especial – declarou.

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) sugeriu a criação de um “instrumento institucional” que obrigue o BNDES a regionalizar sua atuação, independentemente da visão de quem esteja presidindo a instituição. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também defenderam uma atuação mais intensa da instituição nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Flexa Ribeiro argumentou em favor da instalação de um escritório regional do banco na região Norte.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou que o banco terá uma assessoria especial de desenvolvimento regional, “a qual terá uma ação horizontal, pois estará presente em todas as atividades da instituição”.

Ele disse que a nova assessoria terá a função de coordenar, dentro do BNDES, “uma ação regional muito mais afirmativa do que a que foi realizada até o presente”.

Coutinho reconheceu que o Nordeste precisa de atenção especial, pois é uma região que representa 28% da população brasileira e apenas 14% do produto interno bruto (PIB) do país, recebendo entre 8% e 12% dos desembolsos do BNDES.

– Temos a preocupação de ampliar a participação do Nordeste em nossa carteira de projetos – afirmou.

José Cruz

Parlamentares destacam a relevante atuação dos órgãos que integram sistema de ensino, pesquisa e extensão da Casa, além da publicação de livros e outros materiais impressos

Senado homenageia ILB, Conselho Editorial e Unilegis

Os dez anos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Conselho Editorial do Senado, bem como os seis anos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), foram comemorados ontem em sessão especial do Plenário.

A Mesa da solenidade foi composta pelo senador Renan Calheiros, presidente da Casa; Efraim Morais, 1º secretário do Senado e autor do requerimento para a realização da sessão; José Sarney (PMDB-AP), presidente do Conselho Editorial; Denise Zoghbi, diretora-executiva do ILB; Agaciel Maia, diretor-geral do Senado; Vânia Maione Alves Nina, vice-reitora da Unilegis; e Márcio Sampaio Leal, diretor-executivo do Interlegis.

Como parte das comemorações, foi aberta, após a sessão especial, exposição no Salão Negro, com a divulgação da última edição da *Revista de Informação Legislativa* (RIL) e o lançamento da Coleção Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa.

Primeiro orador a falar na sessão especial, Efraim ressaltou que os órgãos homenageados foram criados com o objetivo de aproximar parlamentares e cidadãos, e representam um marco na história do Legislativo brasileiro.

Os modernos serviços prestados à sociedade pelo ILB, pelo Conselho Editorial e pela Unilegis também foram destacados por Romeu Tuma (DEM-SP), ao lembrar a contribuição prestada pelos órgãos para a construção da cidadania.

No mesmo sentido, José Sarney afirmou que essas entidades, junto com o sistema de comunicação do Senado, foram criadas para modernizar o Legislativo. Ele argumentou que o surgimento das novas tecnologias da informação facilita a participação direta da sociedade no processo legislativo e nas decisões políticas.

Em discurso durante a solenidade, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou a importância do complexo educacional do Senado para a capacitação das pessoas que trabalham no Legislativo, tanto de parlamentares como de servidores. Ele apontou como necessário que os representantes do povo estejam preparados intelectualmente para que o Parlamento seja uma instituição competente.

O trabalho realizado pelos órgãos homenageados foi elogiado por Renan Calheiros, para quem a modernização dos serviços, que a cada dia avança no Senado, não teria acontecido sem o empenho dos servidores.

– É cada vez mais importante, para a vitalidade do Parlamento,

a existência de instituições como o Instituto Legislativo Brasileiro e a Universidade do Legislativo Brasileiro, às quais devemos acrescentar também o programa Interlegis – ressaltou.

Renan elogiou a política editorial da Casa, que, há dez anos, sob a orientação do Conselho Editorial, vem disponibilizando para o público em geral obras de valor histórico e cultural que, de outro modo, seriam de acesso difícil ou mesmo impossível para a população.

Programação

Entre as comemorações previstas para a semana estão duas palestras e o lançamento de uma monografia. Hoje, às 10h, Agaciel Maia proferirá a palestra “Tempo de Transformações no Século XXI” e, às 16h, Wladimir Carvalho falará sobre o tema “Língua Brasileira de Sinais na Era de Inclusão”. Às 17h, o assessor do ILB Aderson Pimentel de Alencar Filho fará o lançamento da monografia “A sistemática de treinamento e desenvolvimento no Senado Federal”.



Na Mesa, Márcio Sampaio, Vânia Maione, Efraim, Renan, Sarney, Denise Zoghbi e Agaciel Maia

Exposição integra semana de comemorações

A exposição *Nossas Exce-lências*, inaugurada ontem no Congresso, reúne painéis, livros e vídeos relativos aos dez anos do ILB e do Conselho Editorial, e aos seis anos da Unilegis.

Na abertura da mostra, foi exibido vídeo sobre as atividades dessas entidades. Até sexta-feira, os visitantes poderão conferir parte relevante do trabalho das instâncias do Senado responsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão, além da publicação de livros e de

outros materiais.

As atividades do ILB e da Unilegis são compostas por iniciativas voltadas à formação técnico-profissional do servidor público das esferas federal, estadual e municipal, além da difusão de conhecimento gerado no Legislativo, para uma melhor prestação de serviços à população.

Durante a solenidade de abertura da exposição, a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, entregou ao senador Antonio Car-

los Júnior (DEM-BA) placa em homenagem ao ex-presidente da Casa Antonio Carlos Magalhães, falecido em julho.

Também o ex-presidente do Senado Ramez Tebet, falecido em novembro de 2006, foi homenageado durante a sessão. O vice-presidente do Conselho Editorial, Joaquim Campelo, entregou ao senador Valter Pereira (PMDB-MS), que representou a família de Tebet, placa em homenagem ao ex-senador.



Senadores e convidados saúdam trabalho realizado pela categoria

Dia do corretor de imóveis é comemorado em Plenário

A passagem do Dia Nacional do Corretor de Imóveis, comemorado anualmente em 27 de agosto, foi saudada em Plenário pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF). A profissão, destacou ele, está “intrinsecamente ligada à construção de Brasília e a milhares de transações imobiliárias que se realizaram no DF nos últimos 50 anos”. Os corretores foram homenageados durante a primeira parte da sessão plenária, a requerimento do senador.

Na abertura da sessão, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), convidou para compor a Mesa, além de Adelmir Santana, os presidentes dos conselhos Regional de Corretores de Imóveis da 8ª Região, Luiz Carlos Attiê, e Federal de Corretores de Imóveis, João Teodoro da Silva.

Durante a homenagem, Fran-

cisco Dornelles (PP-RJ) lembrou o papel decisivo do então deputado Ulysses Guimarães para a aprovação da lei que regulamentou a profissão, há 45 anos.

Dornelles assinalou que a profissão é tão antiga quanto a necessidade de encontrar uma moradia, mas é na complexa economia contemporânea que seu papel se destacou.

Confiabilidade

Para Romeu Tuma (DEM-SP), os corretores de imóveis são essenciais para dar segurança e confiabilidade aos negócios da construção civil, especialmente nesse momento de investimentos no setor de infra-estrutura.

Ao encerrar a homenagem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a regulamentação da profissão beneficiou tanto compradores como vendedores de imóveis.

Crivella destaca expansão de escolas técnicas federais

Ao relatar sua participação em audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) comemorou ontem, em Plenário, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de plano de ampliação lançado pelo governo federal em 2005.

Crivella observou que, com a conclusão da primeira fase do programa de construção de escolas técnicas, o país, que possuía 140 unidades em 2002, passará a contar com 204 novas escolas, o que representa um aumento de 45% no número dessas instituições.

O parlamentar lembrou que, no Rio de Janeiro, as cidades de Volta Redonda, Duque de Caxias, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Cabo Frio e Itaperuna também serão contempladas com



Crivella anuncia prioridade ao interior e à periferia dos grandes centros urbanos

novas escolas técnicas até 2010.

Crivella ressaltou ainda a prioridade de atendimento do programa de expansão às localidades do interior e periferias dos grandes centros urbanos, além de estados que ainda não contam com instituições ligadas à rede de ensino tecnológico. Por essa razão, segundo ele, Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal receberão suas primeiras escolas técnicas federais.